



DESTAQUE ELEIÇÕES LEGISLATIVAS



“Este resultado significa que as pessoas queriam mudança. Mas também acarreta grande responsabilidade para o PSD”.

Luís Filipe Pereira, empresário

Cavaco quer o Governo em funções o mais rápido possível

Cavaco acompanhará de perto o acordo com a 'troika' e aguarda por "cooperação" activa com maioria PSD/CDS.

Francisco Teixeira
francisco.teixeira@economico.pt

Cavaco Silva conhecerá o terceiro Governo desde que é Presidente, o primeiro maioritário constituído por uma coligação entre os dois partidos, mas os princípios serão os mesmos: trabalhará para uma "cooperação activa" com o Executivo e acompanhará com muita atenção o pesado caderno de encargos que Pedro Passos Coelho tem pela frente para assegurar, durante os próximos três anos, o cumprimento de todas as imposições da 'troika'.

Depois das eleições "decisivas" de ontem, como as classificou Cavaco, a atenção do Presidente estará na agilização de todos os prazos para que o próximo Governo entre em funções o mais rapidamente possível. O tempo urge e, hoje mesmo, Cavaco Silva deverá dar um sinal do que ontem prometeu no momento em que votou: "O Presidente tem um trabalho a realizar a partir de amanhã [hoje], que eu irei realizar com toda a celeridade no cumprimento da lei".

Enquanto se aguarda pelo prazo obrigatório de dez dias depois das eleições para a publicação oficial dos resultados, na próxima sexta-feira, o Presidente participará nas cerimónias do 10 de Junho onde estarão as duas caras da coligação que governará Portugal durante os próximos quatro anos. É, por isso, natural que Passos Coelho e Paulo Portas dêem início ao diálogo o mais depressa possível para que participem nas cerimónias do Dia de Portugal já com um sinal de que o diálogo chegará a bom porto. Cavaco estará atento mas a postura não se alterará.

Ontem, das urnas saiu, tudo indica - depende dos frutos do diálogo PSD/CDS -, cumprido o apelo que o Presidente fez de forma taxativa a 25 de Abril para que Portugal conte com um Governo maioritário para atravessar um dos momentos mais difíceis de que há memória. "Perante os desafios que Portugal tem à sua frente, o Governo saído das eleições de 5 de Junho deve dispor de

O "Governo terá muito mais para decidir e fazer de modo a garantir a justiça social, o crescimento da economia e o combate ao desemprego", lembrou Cavaco.

apoio maioritário na Assembleia da República", pediu Cavaco, na altura, ladeado por todos os seus antecessores no cargo que subcreveram este apelo.

Ao Presidente da República restam quatro anos e meio de grande dificuldade, tendo em conta que o seu mandato terminará já depois do mandato do próximo Governo. Cavaco Silva irá despedir-se do Palácio de Belém e, tudo indica, da política activa em 2016, uns meses antes do final da mais difícil e imprevisível legislatura em 37 anos de democracia.

Mas à maioria de centro-direita não bastará aplicar o memorando de entendimento e Cavaco já o deixou claro. Na habitual mensagem do Presidente no dia de reflexão, disse mesmo que "a acção do Governo, ao contrário do que por vezes se diz, não vai estar limitada ao cumprimento do memorando de entendimento", porque o "Governo terá muito mais para decidir e fazer de modo a garantir a justiça social, o crescimento da economia e o combate ao desemprego". Se Passos Coelho e Paulo Portas, as duas caras da coligação, se focarem na execução, Cavaco Silva estará muito atento à fiscalização. Resta saber o tom das relações entre os principais protagonistas.

Há menos de cinco meses, os líderes do PSD e do CDS apoiaram a reeleição de Cavaco Silva, participaram na campanha ao lado do actual Presidente mas, agora, as relações serão obrigatoriamente distintas. Se, por um lado, os três protagonistas estarão empenhados numa rápida saída da crise, por outro lado, como nos diz a história recente mais cedo do que tarde a fricção entre São Bento e Belém surgirá.

Cavaco Silva tem ainda sublinhado a necessidade de existirem entendimentos alargados não apenas do ponto de vista político mas também social. Mas, aí, será necessário saber que efeitos terão os resultados eleitorais na liderança do PS, o partido que entre os três que subcreveram o memorando da 'troika' tem maior influência junto dos sindicatos. ■



"O Presidente tem um trabalho a realizar a partir de amanhã [hoje], que eu irei realizar com toda a celeridade no cumprimento da lei", disse ontem Cavaco depois de votar.

Formar um Executivo

Passos Coelho deverá iniciar funções em S. Bento em Julho.

Mónica Silveiras
monica.silveiras@economico.pt

"Quem quer que ganhe as eleições não vai ter tempo para se sentar". A afirmação é do último ministro das Finanças de Portugal, Fernando Teixeira dos Santos, e ilustra a urgência com que o novo Executivo vai ter de começar a trabalhar para cumprir o exigente calendário de medidas fixado pela 'troika' e assim evitar algum tipo de penalização que possa pôr em causa o pagamento das próximas tranches de ajuda.

Os cenários mais otimistas dão conta de um novo Governo em plenas funções no início de Julho. Depois do escrutínio eleitoral de ontem os resultados oficiais só serão conhecidos dez dias depois, ou seja, a 15 de Junho. A razão: a Comissão Nacional de Eleições só pode elaborar a acta com os resultados eleitorais depois de escrutinados os votos da emigração e de-

pois de respeitados os prazos de recurso e da sua decisão. A acta é depois enviada para a Imprensa Nacional Casa da Moeda para publicação em Diário da República, um processo que deverá cerca de cinco dias.

Uma vez publicados em Diário da República os resultados eleitorais, o novo Parlamento pode reunir, pela primeira vez, três dias depois. O encontro terá na agenda a tomada de posse da própria Assembleia, a eleição da Mesa da Assembleia e, em particular, do seu presidente. Neste calendário, a reunião recairá a 23 de Junho, feriado de Corpo de Deus, mas não se trata de um factor impeditivo da sua realização.

O passo seguinte é a nomeação do Governo pelo Presidente da República. A Constituição não fixa nenhum prazo legal, apenas estipula que o Chefe de Estado tem previamente que ouvir os partidos representados na Assembleia da República e ter em conta os resultados eleitorais" das eleições para a Assembleia da República. O Pre-



"A saída de José Sócrates é um sinal muito positivo, tendo em conta o estado em que ele deixou o País."

Medina Carreira, ex-ministro das Finanças



"É o virar de uma página necessária na vida portuguesa, marcando o fim de uma era de extrema arrogância do governo de José Sócrates".

Pedro Rebelo de Sousa, advogado



João Paulo Dias

a contra-relógio

sidente seguidamente nomeia, ou exonera, os restantes membros do Governo, "sob proposta do primeiro-ministro". Nesse caso, com a vitória confortável da direita, estão afastados os cenários que admittam a necessidade de complexas negociações interpartidárias para se

formar Governo. "Em Portugal, o Presidente da República sempre formou Governo com o partido mais votado", lembra Tiago Duarte. O professor de Direito Constitucional, em declarações ao Diário Económico, lembra que "a Constituição não obriga a que o Governo seja maioritário, mas o Presidente da República tem manifestado essa preferência". E os resultados de ontem facilitam esta opção. Tiago Duarte defende que em casos destes o Presidente pode levar apenas 48 horas a tomar a decisão.

Após a nomeação do chefe do Executivo existe um novo prazo máximo de dez dias para o Governo apresentar o seu programa na Assembleia da República. Este órgão de soberania, de acordo com a Constituição, "não pode exceder três dias" no debate do programa. Assim, estas três sessões legislativas vão recair na última semana de Junho. Pedro Passos Coelho iniciará assim as suas funções em São Bento em Julho. ■



Tiago Duarte, professor de Direito Constitucional, lembra que a "Constituição não obriga a que o Governo seja maioritário, mas o PR tem manifestado essa preferência".

PROGRAMA PSD

CONTAS PÚBLICAS

- Cortar o défice de forma sustentável, ajustando o 'mix' de políticas previsto pela 'troika' mas sem pôr em causa as metas essenciais.
- Reduzir a despesa pública total para 40% do PIB e a carga fiscal para valores entre 33% e 35% da riqueza produzida anualmente.

IMPOSTOS

- Diminuição do número de escalões do IRS.
- Reestruturação das listas de produtos do IVA.
- Redução do IRC para exportadoras.
- Alargamento da base tributável permitindo a prazo a redução das taxas.

SAÚDE

- Revisão das taxas moderadoras;
- Abrir a gestão dos centros de saúde a cooperativas de profissionais e entidades privadas ou sociais;
- Revisão do sistema de comparticipação dos medicamentos;
- Mais convenções com privados.

SEGURANÇA SOCIAL

- Reduzir a carreira necessária para aceder a subsídio de desemprego;
- Diversificar fontes de financiamento das pensões e criar esquemas complementares, nomeadamente ao nível das empresas;
- Reduzir descontos das empresas até quatro pontos.

INVESTIMENTO PÚBLICO

- Suspensão das grandes obras dando prioridade aos investimentos públicos que dinamizem a economia;
- Avaliação do QREN;
- Efectuar investimentos dentro de um quadro delimitado;
- Dar prioridade aos chamados investimentos de proximidade.

PRIVATIZAÇÕES

- Aliar TAP, ANA e CP Carga; segue-se Carris, STCP e Refer, CP, Metro de Lisboa, Porto e Transtejo/Soflusa;
- CTT e Águas de Portugal na lista;
- CGD vende participações nos seguros, na saúde e participações em cotadas e alienação total do BPN;
- Privatização ou liquidação do Parque Expo.

TRANSPORTES

- Saneamento das empresas de transportes;
- Revisão do Plano Rodoviário;
- Modernizar as infra-estruturas portuárias e aeroportuárias;
- Avaliação da construção do Novo Aeroporto de Lisboa;
- Renegociar e reavaliar TGV à luz do novo calendário.

JUSTIÇA

- Avaliar juízes pelo número e qualidade das decisões;
- Conselho Superior da Magistratura com poderes de gestão processual;
- Investigações que envolvam suspeitas sobre políticos no exercício das funções sem prazo para terminarem.

ANÁLISE

A era pós-socrática



JOSÉ ADELINO MALTEZ

Polítólogo

Depois de já estarem todas escritas as frases que comentaram as sondagens, teremos agora de concluir que os programas eleitorais já foram todos escritos e que apenas nos falta um Governo capaz de pilotar o futuro, depois de devidamente "troikado". Com efeito, mais de 90% da programação da governança já está pré-definida, enquanto os primeiros resultados analíticos demonstram a incapacidade que as sondagens tiveram quando não conseguiram medir o nível das abstenções. Por outras palavras, estas eleições não tiveram o ritmo de mobilização heróico, nomeadamente das eleições para

a Assembleia Constituinte de 25 de Abril de 1975... O povo não sentiu a "pátria em perigo" e não se mostrou disposto a passar um cheque em branco ao sistema. Por outras palavras, o normal continua a ser o haver destes anormais. O chamado derrotado, o PS, para além da tradicional cura de oposição, está condenado a entrar na era pós-socrática e a encontrar uma liderança de transição com a tralha aparelhística, numa co-optação com o modelo da 'troika', por ele negociado. Por outras palavras, há o risco de uma certa clausura auto-reprodutiva, onde dominarão factores de poder que já não são maioritariamente domésticos, ou intra-nacionais, com a conseqüente gestão de dependências e inevitáveis manobras de navegação na interdependência, sobretudo na política europeia e na sucessão de acasos da geofinança. A democracia não pode ser um jogo de soma zero, mas um jogo mobilizador, de soma variável, com lideranças regeneradoras e congregadoras. Tenho esperança. ■

ANÁLISE

Um Governo de direita sem contrapesos



ANDRÉ FREIRE

Polítólogo, ISCTE-IUL

O PSD venceu as eleições com um dos melhores resultados desde 1995, embora muito próximo da última vitória, 2002. Junto com o CDS terá maioria absoluta e cumprirá o sonho de "um governo, uma maioria, presidente". O CDS é um dos vencedores da noite: subiu em votos e deputados; em princípio, será crucial para a maioria absoluta. Uma coligação de direita, com um PR da mesma cor, terá mãos livres para aplicar o programa da 'troika' e, como pretendia, ir mesmo mais além, embora dentro dos limites constitucionais.

O PS deu o seu melhor e, apesar da impopularidade do líder, perdeu com severidade mas não se afundou. Resta saber se o PS quererá repensar-se para ser mais capaz de dialogar à esquerda, ou se se prestará para ser, nas palavras de Alegre, "a moleta da direita" (a qual, verdadeiramente, não precisa dele para governar).

Apostado em resistir, sobreviver, mesmo com uma influência limitada, o PCP está de parabéns como partido de protesto. A estrondosa derrota do BE mostra que o espaço do protesto não dá para dois partidos; que para o BE a aposta no protesto pode ser porventura mais penalizadora do que cooperar para uma solução de governo.

A direita terá beneficiado do desejo do eleitorado de castigar o governo e "correr com Sócrates", mas também porque consegue entender-se para governar, ao passo que a esquerda não. Saberão as esquerdas, sobretudo o PS e o BE, tirar as lições devidas? Só o futuro o dirá. ■